

## A infância controlada pelo Jornalismo: a voz da criança como fonte institucionalizada na revista Nova Escola

### Childhood controlled by Journalism: the child's voice as an institutionalized source in Nova Escola magazine

Thais Helena Furtado<sup>1</sup>

#### Resumo

Este artigo objetiva inicialmente compreender como a voz da criança foi incluída no conteúdo jornalístico da revista Nova Escola em seu último ano no formato impresso. A partir de procedimentos da Análise de Discurso, examinamos todos os textos de 11 edições da revista – de outubro de 2018 a outubro de 2019 – e identificamos que apenas 11 crianças foram incluídas como fonte nesse período. As citações de crianças estavam presentes em matérias que apresentavam interdiscurso com pautas sobre Risco Social e Comportamento, Culturas e Consumos. Com isso, a voz dos infantes aparece de forma redutora: ou como fragilizados ou como consumidores. Das 11 Sequências Discursivas que formaram o *corpus* inicial, sete têm o sentido de reverência à escola como preponderante e quatro, de indignação controlada. Concluimos que Nova Escola buscava controlar as crianças, pois elas aparecem como institucionalizadas ao reafirmar um trabalho que estava sendo realizado por professores ou pelas escolas. O artigo também faz a análise dos cinco textos mais acessados na plataforma virtual da revista na última semana de agosto de 2024, evidenciando que a revista perdeu características jornalísticas e a voz das crianças desapareceu.

**Palavras-chave:** Infância; Revista Nova Escola; Educação; Consumo; Análise do discurso.

#### Abstract

This article initially aims to understand how children's voices were incorporated into the journalistic content of Nova Escola magazine during its final year in print format. Using Discourse Analysis methods, we examined all the texts from 11 issues of the magazine - from October 2018 to October 2019 - and identified that only 11 children were included as sources during this period. Children's quotes appeared in articles that intersected with topics related to Social Risk and Behavior, Cultures, and Consumption. Consequently, children's voices were represented in a reductive manner: either as vulnerable or as consumers. Out of the 11 Discourse Sequences that formed the initial corpus, seven conveyed a sense of reverence towards the school as predominant, while four conveyed controlled indignations. We concluded that Nova Escola sought to control children's voices, as they appeared

---

<sup>1</sup> Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFRGS) e professora Adjunta do Departamento de Comunicação/Jornalismo (DECOM) da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FABICO/UFRGS). É líder do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo (NupeJor/UFRGS/CNPq). Membro do conselho administrativo da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR). Pesquisadora cofundadora da Rede de Pesquisa em Comunicação, Infâncias e adolescências (RECRIA). Membro da Comissão Editorial da revista científica Intexto (PPGCOM/UFRGS). E-mail: [thaisfurtado93@gmail.com](mailto:thaisfurtado93@gmail.com)

institutionalized by reaffirming work being carried out by teachers or schools. The article also analyzes the five most accessed texts on the magazine's virtual platform during the last week of August 2024, highlighting that the magazine has lost its journalistic characteristics and children's voices have disappeared.

**Keywords:** Childhood; Nova Escola magazine; Education; Consumption; Discourse analysis.

## 1. Introdução

Este artigo tem como objetivo inicial compreender como a voz da criança foi incluída no conteúdo jornalístico da revista Nova Escola (NE) no último ano em que foi produzida no formato impresso. Nos interessa identificar se a publicação as percebia como fontes e como cidadãs, com direitos sociais e com capacidade de opinar sobre temas que são de seu interesse. Além disso, examinamos também a versão online atual, mostrando como NE – publicação de referência na área da educação no Brasil – se transformou com o tempo.

Esta pesquisa, portanto, foi realizada em duas etapas. Na primeira, a partir de procedimentos da Análise de Discurso, analisamos todos os textos de 11 edições da revista – de outubro de 2018 a outubro de 2019. Nesse período, temáticas importantes sobre Educação – como preservação do meio ambiente, *bullying*, preconceitos, saúde mental e consumo consciente, entre outros – foram tratados. A segunda etapa de análise foi realizada tendo como objeto a versão virtual atual da publicação. Para realizá-la, examinamos as cinco reportagens mais acessadas na última semana de agosto de 2024, de acordo com o site.

Partimos do entendimento da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), da Organização das Nações Unidas – ratificada pelo Brasil e documento-base do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) –, de que a criança, além do direito à proteção e à provisão, deve ter garantida a sua participação social como cidadã. A representação de crianças no jornalismo, no entanto, muitas vezes acaba sendo estereotipada: são ingênuas, ou problemáticas, ou vítimas de violência, ou sexualizadas, ou consumidoras, ou ainda com capacidades fora do comum.

Defendemos que as crianças formam um grupo de grande importância social e têm capacidade para serem excelentes fontes para os jornalistas, pois podem apresentar pontos de vista diferenciados e surpreendentes sobre as mais diversas temáticas. Além disso, na contemporaneidade, elas dominam alguns temas – como

os ligados à tecnologia – muitas vezes melhor do que os adultos. Portanto, incluir a voz das crianças em reportagens é uma forma de o jornalismo fortalecer esse grupo e, ao mesmo tempo, ter novas perspectivas sobre o mundo.

Entre os mais diversos temas que possibilitam a inclusão de crianças como fontes jornalísticas, a Educação parece ser um dos mais adequados. Por esse motivo, selecionamos a Nova Escola como objeto de nossa pesquisa. Sendo o ambiente escolar um espaço tão importante para os infantes, seria natural que uma revista cujo tema principal é a educação ouvisse as crianças sobre seus desejos e opiniões, até para que os professores pudessem compreendê-las melhor.

## 2. Nova Escola: de revista à associação

A revista Nova Escola foi criada em 1986 pela Fundação Victor Civita, que pertence à mesma família proprietária da Editora Abril<sup>2</sup>. Um acordo com o Governo Federal possibilitou que a publicação fosse distribuída mensalmente, de forma gratuita, para todas as escolas públicas do país.

Em seu ciclo de vida (1986-2019), a revista impressa sempre foi comercializada por um preço acessível, devido ao patrocínio recebido originalmente da Fundação Victor Civita, pelo menos até 2015, o que cobria boa parte das despesas editoriais, bem como pelos convênios firmados entre essa Fundação e o poder público (Bezerra, 2022, p. 764).

Governos estaduais e municipais também adquiriam assinaturas da publicação para suas redes de ensino. A partir de 2015, a venda em bancas e em pontos comerciais foi encerrada, e a entrega passou a ser exclusiva para assinantes. A mudança se deu pela crise financeira que fez com que o Grupo Abril se reestruturasse (Bezerra, 2022). Nesse mesmo ano, foi criada a Associação Nova Escola, que é apresentada pela revista como uma “organização de impacto social sem fins lucrativos que trabalha para o Brasil ter professores da Educação Básica fortalecidos em suas práticas, contribuindo para a melhoria da aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes”. A Fundação Lemann é a mantenedora da associação, que estabelece

---

<sup>2</sup> Dados sobre a *Nova Escola* foram retirados principalmente do mídia kit da revista de 2020. Disponível em: <https://novaescola.org.br/assets/img/pdf-parcerias/nova-escola-midia-kit-2020.pdf> Acesso em 31 de agosto de 2024.

parcerias com diversas instituições privadas, como mostra o Mídia Kit de 2020 (Figura 1).

**Figura 1** – Projetos de Comunicação da Associação Nova Escola

**Conheça nossos projetos e cases de comunicação**

Nos últimos anos, realizamos projetos com diversos parceiros e **reformulamos nossa posição, passando de revista impressa para plataforma digital**, sempre em busca de construir impactos tangíveis no desenvolvimento do educador.

**conheça alguns cases de comunicação**

**2016 a 2020+**

<b>Dove</b>   pela Autoestima	<b>Google Play</b>   Desafio Change the game
<b>Faber-Castell</b>   2ª Maratona de Desenhos	Fundação <b>Nestlé Brasil</b>   Prêmio Crianças Mais Saudáveis
<b>Instituto Natura</b>   Projeto TRILHAS	Fundação <b>Grupo Volkswagen</b>   Brincar é para todos
Instituto <b>Unibanco</b> , Instituto <b>Alana e Futura</b>   "Mentira na Educação, não!"	<b>Unicef</b> e Canal <b>Futura</b>   Crescer sem violência

**nova**

**Fonte:** Mídia Kit Nova Escola (2020).

A versão impressa chegou a ter uma tiragem de 1 milhão de exemplares<sup>3</sup> em 2008 por conta do pacote fechado com o Ministério da Educação (MEC). Atualmente, em seu site, na aba “Quem Somos”, NE se apresenta como “[...] uma plataforma digital que produz reportagens, cursos autoinstrucionais, formações, planos de aula e materiais educacionais para fortalecer os professores brasileiros”. No mesmo espaço, informa que o portal é acessado por cerca de 3,1 milhões de pessoas por mês.

### 3. Procedimentos metodológicos da Análise do Discurso

Na primeira etapa de análise, para compreender como a voz das crianças era incluída no conteúdo jornalístico da publicação, utilizamos procedimentos metodológicos da Análise do Discurso (AD). “Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (Orlandi, 2000, p.15). Benetti (2007) considera que, no jornalismo, a AD é produtiva para o mapeamento de vozes

<sup>3</sup> Dados disponíveis em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/18425/a-revista-do-professor-esta-em-transformacao/>>. Acesso em: 31 de ago. 2024.

e para identificação de sentidos. Nesta pesquisa, foram mobilizados os dois tipos de análise, levando em conta a problematização em relação às vozes das crianças e aos sentidos produzidos por elas.

A AD leva em conta as condições de produção da linguagem a partir da relação que se estabelece entre a língua e os sujeitos que falam, em situações em que aquele discurso faz sentido. O analista busca regularidades na linguagem relacionando-as à sua exterioridade, constitutiva do discurso. Nesta pesquisa, fizemos um levantamento quantitativo da presença da voz das crianças como fontes nas edições de outubro de 2018 a outubro de 2019, quando a última revista impressa foi publicada. Analisamos todo o conteúdo jornalístico das 11 edições publicadas no período – desde pequenas notas, até reportagens<sup>4</sup>.

O passo seguinte foi encontrar citações de crianças, considerando-as como Sequências Discursivas (SDs), que formaram o *corpus* discursivo da pesquisa. As SDs são trechos que o analista de discurso recorta do texto que carregam sentidos relacionados ao objetivo da pesquisa. A partir de então, buscamos regularidades e repetições de sentidos – ou paráfrases discursivas – nessas SDs, relacionando-as à sua exterioridade e ao objetivo de nosso estudo. Para AD, no processo parafrástico, ocorre a reiteração dos mesmos sentidos. “Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado” (Orlandi, 2000, p. 36).

Ao escolher Nova Escola como objeto de análise, sabíamos que todos os textos em que a voz de alguma criança estivesse presente teriam relação com a temática Educação. Interessava-nos, porém, identificar também se existiam aproximações – ou interdiscursos – com outros temas. Orlandi (2000) explica que o interdiscurso disponibiliza sentidos já ditos em outros lugares. O movimento de análise seguinte, então, foi categorizar as SDs por temáticas. Nessa organização, consideramos as seis categorias definidas pelo Projecto Crianças e Jovens em Notícia, uma pesquisa pioneira longitudinal desenvolvida em Portugal com intervalos de cinco anos, de 1970 a 2005 (Ponte; Afonso, 2009). A proposta desse projeto era analisar a noticiabilidade das crianças na imprensa daquele país. As seis categorias temáticas da pesquisa de 2005 foram: 1) Risco Social; 2) Educação; 3) Saúde,

---

<sup>4</sup> A análise foi feita nas edições impressas, entretanto, a pesquisa, na prática, foi realizada no site, <https://novaescola.org.br/>, onde os conteúdos das edições impressas estão disponíveis na seção “Acervo das Revistas”, em <https://novaescola.org.br/revista-digital?tipo=nova-escola>. Acesso em 31 de agosto de 2024. Não existe acervo físico das revistas impressas disponíveis ao público.

Assistência, População; 4) Comportamentos, Culturas e Consumos; 5) Prevenção e Segurança; e 6) Insólitos e *Faits-Divers*.

Em Portugal, as notícias sobre Educação quase duplicaram na pesquisa de 2005 em comparação a anterior, de 2000. Foi o segundo tema que mais apareceu (com 23,9% de ocorrências), somente depois de Risco Social (com 39,9%). Um dos motivos desse aumento pode ser o fato de a escola ser o principal espaço de convivência social dos infantes. Para nós, interessava, nesta primeira etapa da análise, compreender como o discurso das crianças aparecia na publicação impressa.

#### 4. A voz das crianças na revista *Nova Escola* (2018-2019)

No primeiro passo da análise das 11 edições de NE, verificamos que em apenas três edições havia a presença da voz de crianças em conteúdos jornalísticos. Esse dado é significativo pelo fato já comentado de a revista, apesar de ser direcionada aos professores, tratar de uma temática diretamente relacionada à vida dos infantes: a educação. Outro dado quantitativo que obtivemos foi o de que, nessas três revistas, havia 16 citações de crianças, sendo 14 no modo de discurso direto (entre aspas) e duas em discurso indireto<sup>5</sup>. Mas elas correspondiam a falas de apenas 11 crianças, pois em quatro reportagens havia mais de uma citação da mesma criança. Considerando que a revista publicou cerca de 174 reportagens no período analisado, 11 crianças como fonte representa, na nossa visão, um número bastante baixo.

Algumas citações eram formadas por várias frases subsequentes, outras tinham apenas uma frase, e, ainda, havia citações de uma mesma criança em diferentes locais do texto. Por identificarmos que as citações de cada uma dessas fontes consolidavam um mesmo sentido, formamos o *corpus* discursivo para análise com 11 Sequências Discursivas (SDs), ou seja, número equivalente ao de crianças fontes, pois consideramos todas as falas de uma mesma criança como sendo uma única SD.

Na edição 316, de outubro de 2018, há duas reportagens com citações de crianças. Essa revista traz na capa a manchete “Eles acreditam”, chamando para o

---

<sup>5</sup> Sabemos que os textos podem ser compostos por outras informações concedidas pelas crianças além das que estão nas citações. Entretanto, essa presença não marcada da voz da criança não pode ser identificada apenas com a análise das matérias, que é o caso desta pesquisa.

resultado do Prêmio Educador Nota 10, com a foto dos 10 docentes vencedores do concurso que é promovido pela Fundação Victor Civita, criadora da publicação. Grande parte da edição é dedicada à apresentação dos projetos desses professores. Esse é o caso da reportagem “Quando o professor acredita no poder educativo da cidade”, que trata de dois projetos desenvolvidos por docentes do Rio de Janeiro que tinham como objetivo explorar as redondezas de suas escolas para fazer relações com os conteúdos de suas disciplinas. Nessa reportagem, há uma citação direta de uma aluna, Maria Eduarda, de 12 anos: “Quando saio da escola, aprendo mais. Posso ver, sentir, tocar. Fica mais fácil entender a matéria” (SD1).

A exemplo do que ocorre em outros veículos, a menina entrevistada não é apresentada com sobrenome. A prática de não utilizar o sobrenome das crianças em conteúdos jornalísticos pode ter duas origens. A primeira hipótese é a necessidade de proteção aos infantes, explícita inclusive nos manuais de redação dos principais jornais brasileiros, principalmente por receio de punição por descumprimento da legislação sobre o tema, conforme constatado em pesquisa anterior (Furtado; Doretto, 2020). Entretanto, mesmo que a proteção dos infantes seja importante, consideramos que os jornalistas têm condições de distinguir em quais situações é necessário não identificá-los, como ocorre com fontes de outras faixas etárias por motivos diversos. No caso de Maria Eduarda, não haveria necessidade de anonimato, pois ela está apenas expondo a sua percepção sobre um projeto que faz parte do seu dia a dia na escola, inclusive de forma elogiosa.

A outra hipótese para que os sobrenomes de crianças muitas vezes não sejam expostos é a de que, realmente, elas não sejam consideradas pelos jornalistas – e às vezes por seus responsáveis – como cidadãs com competência social. Portanto, nessas ocasiões, mesmo que a voz da criança seja incluída, ela não está totalmente inserida no texto como a pessoa única que é, com seu nome completo que a identifica como fonte competente para o jornalismo. No já citado projeto desenvolvido em Portugal, em 2005, a ausência de marcas de identidade das crianças foi mais elevada justamente nas notícias cuja temática era educação, mesmo que o estudo não se refira exatamente ao sobrenome. “Três quartos das notícias não tem marcas de idade, sexo ou etnia” (Ponte; Afonso, 2009, p. 40). As autoras denominam esses infantes como “crianças alunas genéricas”.

A segunda reportagem que traz a citação de uma criança na edição 316 tem como título “Não existe assunto difícil demais para os alunos” e também se refere a projetos desenvolvidos por professores vencedores do prêmio citado. Nela, são apresentadas estratégias didáticas bem-sucedidas para trabalhar com os alunos conteúdos considerados complexos. As citações que encontramos nessa reportagem e formam a SD2 são de Samara da Rocha Selani, de 8 anos, de São Sebastião do Paraíso, que, nesse caso, é identificada pelo nome completo. A primeira é no modo indireto e a segunda, direto, sendo subsequentes:

Samara da Rocha Selani, 8 anos, aluna de Elenir, confessou que tinha muita dificuldade e que tudo ficou mais simples depois que ela aprendeu a decompor os números e exercitou os cálculos em jogos que exigiam raciocínio rápido, junto com os colegas. “Tenho um primo que já sabe a multiplicação. Mas vou aprender também. Sei pensar sobre as contas” (SD2). (Nova Escola, edição 316, 2018).

Portanto, nos dois casos em que as vozes de crianças estão presentes na edição 316, elas servem como uma forma de comprovação de que os projetos desenvolvidos pelos professores eram mesmo merecedores do prêmio. Tuchman (1993, p. 81), ao refletir sobre estratégias que os jornalistas utilizam para se mostrar objetivos, diz que “os jornalistas vêm as citações de opiniões de outras pessoas como uma forma de prova suplementar”. Como essas duas reportagens tratam de um prêmio promovido pela fundação criadora da revista, é de interesse da publicação que as atividades contempladas sejam elogiadas. Nesse caso, a voz da criança entra como uma espécie de aval no texto, já que elas são o público final dos projetos educacionais vencedores.

Denominamos o sentido predominante das SDS 1 e 2, então, de “reverência” aos projetos realizados por adultos, no caso, os professores, em seus colégios. Esse sentido se aproxima de reflexões propostas por Oechsler e Silva (2012, p. 1221) de que a revista, por ter um acordo de distribuição gratuita – atualmente os professores têm acesso a todo conteúdo do site sem custo –, acaba seguindo interesses políticos, ao mesmo tempo em que conquista seu público específico, os professores: “[...] Nova Escola segue cumprindo seu papel de divulgar representações de bons professores, de acordo com interesses próprios e das promessas e políticas defendidas em nível macro”. Nesse sentido, Bezerra (2022, p. 767), afirma:



Ao ter no Tesouro Público um de seus mais importantes agentes financiadores, a revista colocou-se, sobretudo, como meio de divulgação e legitimação das reformas educacionais empreendidas desde o final do século XX. Por desfrutar dessas prerrogativas, preocupou-se em alinhar sua pauta editorial a cada “mudança” político-pedagógica introduzida pelo governo e/ou reivindicada pelas demais empresas e instituições patrocinadoras, a fim de esclarecer os professores sobre como executar as novas exigências e prescrições educacionais, com pouco espaço para o debate, a crítica e a análise das reformas divulgadas em suas páginas.

A segunda edição que apresenta citações de crianças é a 317, de novembro de 2018. A temática principal desse número é “Diversidade”, como anuncia a manchete de capa. A revista trata de casos de preconceitos sofridos em escolas e como combatê-los. Há três textos com citações de crianças, sendo duas reportagens e uma nota. A primeira reportagem intitula-se “Vamos combater o preconceito?” e é a matéria de capa. A reportagem traz situações vivenciadas por docentes, funcionários e estudantes em suas escolas. Nela, há a voz de três crianças. O primeiro é Michel Monteiro Fritschy Atie, de 11 anos, de São Paulo, cuja fala aparece em duas citações diretas e uma indireta, em diferentes partes do texto. Pela lógica metodológica explicitada, as citações foram consideradas como uma única SD: “Já fui xingado de baleia e de lixo na escola, como se eu fosse uma pessoa inferior”; “[...] o garoto conta não ser mais alvo de gordofobia [...]”; “As pessoas deveriam se preocupar com elas mesmas, não comigo nem com quanto eu peso” (SD3).

A segunda voz de criança nessa reportagem é da venezuelana Alejandra Moreno, de 11 anos, que mora no Rio de Janeiro, e aparece em dois momentos como discurso direto, sendo o segundo na legenda de uma foto sua: “Algumas meninas dizem que estamos roubando o emprego dos brasileiros. Fico triste e com raiva”; “Riem de mim se falo coisas erradas em português ou com sotaque. Pensam que não estou ouvindo” (SD4). Por fim, a terceira criança que é fonte na reportagem é Leandra Bispo Santos de Jesus, de 10 anos, de Salvador, que tem Síndrome de Asperger. Sua fala também aparece em dois momentos da reportagem, novamente sendo a segunda numa legenda de uma foto sua: “Eu aceito como eu sou e como os outros são”; “Um dia abracei um colega autista e disseram que eu tinha encostado em uma pessoa doente” (SD5). Não existe nenhuma outra informação das meninas na reportagem além de suas identificações básicas e essas citações.

Embora a temática principal dessa reportagem seja educação, por estar em uma revista especializada no assunto e por tratar de preconceitos dentro de escolas, identificamos um interdiscurso com a temática de Risco Social (Ponte; Afonso, 2009, p. 32), pois essa categoria é assim definida no estudo de Portugal: “[...] matérias que referem situações em que se verifica uma ameaça ou violação dos direitos da criança ou jovem colocando em causa a sua segurança, educação, formação ou desenvolvimento”. Na reportagem aqui analisada, mesmo que de forma breve, de fato a revista entrevistou crianças para que falassem de problemáticas que fazem parte de suas vidas e de outros meninos e meninas que possam estar passando por situações semelhantes.

Chamamos o sentido preponderante nas SDs 3, 4 e 5, então, de “indignação” pelo preconceito. Entretanto, percebemos que na SD3, a revista deixa claro, a partir de um discurso indireto da fonte, que ela não sofre mais com a gordofobia. Como o nome da escola da criança aparece no texto, mesmo que o sentido na SD3 seja o de indignação, existe também um elogio à escola, já que se evidencia que o problema foi resolvido. Já as crianças cuja voz aparece nas SDs 4 e 5 não têm os nomes de seus colégios expostos, e os preconceitos sofridos pelas meninas são tratados de forma genérica por especialistas, sem aprofundamento dos casos. Não aparecem no texto, por exemplo, que medidas estão sendo tomadas para resolver a situação dessas duas alunas.

A segunda reportagem da edição 317 que traz a voz de uma criança é “Como incluir alunos surdos na Língua Portuguesa?”. Nela, encontramos a citação de Daniel Florêncio do Nascimento. O texto não diz sua idade e sua citação está destacada abaixo de uma foto de seu rosto (Figura 2). A reportagem trata de uma professora que desenvolveu jogos no ensino fundamental para auxiliar alunos surdos a aprender português. A citação direta de Daniel é a seguinte: “Nós precisamos jogar porque nos ajuda a conhecer as palavras. Tenho aprendido muito com esses jogos” (SD6). Novamente, o sentido preponderante da voz da criança é de “reverência” a um projeto de uma docente. Esse sentido é reforçado por uma citação do pai de Daniel, que aparece em uma foto ao lado da imagem do filho: “Desde que meu filho começou a frequentar as aulas da professora Lúcia, evoluiu muito, em todos os sentidos. Ela é uma pessoa espetacular”.

**Figura 2 – Foto e citação em destaque de Daniel Florêncio do Nascimento**



“Nós precisamos jogar porque  
nos ajuda a conhecer as  
palavras. Tenho aprendido  
muito com esses jogos.”

**Daniel Florêncio do  
Nascimento**, aluno de  
Lúcia.

**Fonte:** Revista Nova escola 317 (2018).

Por fim, o terceiro texto dessa edição que traz a voz de uma criança é uma nota, escrita em primeira pessoa, intitulada “Ninguém nasce com preconceito”, com autoria de Maria Luiza Cunha Menegon, de 8 anos. Mesmo uma nota sendo um texto menor do que uma reportagem, exigindo do jornalista menos aprofundamento, nesse caso, a voz da criança ganha um destaque maior do que as poucas frases de crianças presentes nas reportagens identificadas<sup>6</sup>. A nota completa é a seguinte:

Uma nova escola estava sendo construída em Palmas. Um dia, minha mãe comentou comigo que um vereador propôs mudar o nome: de CMEI Arco-Íris para CMEI Romilda da Budke Guarda. A intenção não era só homenagear uma figura pública local, mas, sim, tirar a palavra arco-íris. Na visão dele, tem a ver com a comunidade LGBT e crianças precisam ser protegidas de gays. Fiquei indignada. Publiquei no meu Instagram comentários sobre isso e outro vereador, meu vizinho, ficou sabendo e me convidou para falar na câmara municipal. Li meu discurso em voz alta. Disse que o amor é feito de todas as cores e que o arco-íris representa isso bem. Expliquei que ninguém nasce preconceituoso, são os adultos que ensinam e que eles poderiam ensinar respeito, tolerância e amor. Infelizmente, o nome da escola foi alterado, mas me senti aliviada depois de ter falado. Cor existe em todos os lugares e aposto que a escola, apesar de não ter mais arco-

<sup>6</sup> É importante destacar que a nota, como qualquer conteúdo jornalístico, passa pela edição de um jornalista, mesmo, neste caso, sendo toda em primeira pessoa.

íris no nome, será muito bonita e colorida (SD7) (Nova Escola, edição 317, 2018).

A nota trata da ação individual de uma criança para tentar resolver uma questão coletiva. O texto apresenta um interdiscurso com a temática Comportamento, Culturas e Consumos, de acordo com parte da definição que as autoras portuguesas fazem da categoria: “Incluíram-se aqui ainda casos singulares de crianças e jovens como protagonistas de situações noticiadas pelos seus feitos excepcionais” (Ponte; Afonso, 2009, p. 33). É comum que crianças – mesmo que poucas – que fazem algo extraordinário tenham sua voz presente no jornalismo – ao contrário de crianças comuns, que poderiam opinar sobre assuntos que fazem parte do seu mundo. Nesse caso, o sentido preponderante também é o de “indignação”.

A terceira e última edição de Nova Escola no período analisado que traz a voz de crianças é a de número 320, de março de 2019. Nela, há duas reportagens com citações de crianças. A primeira, com o título “Professor paulista faz dos passeios e viagens uma rotina na escola”, traz uma citação direta no mesmo formato gráfico da citação de Daniel: está destacada com a foto do rosto de Evelin Alonso Campos (Figura 3). Mas, nesse caso, há a informação de que ela tem 12 anos. A citação é a seguinte: “Quando fomos à praia, vimos e sentimos a água, o ar, a areia, a biodiversidade. É muito mais fácil aprender assim” (SD8). Como em outros casos, a voz da criança atesta a qualidade do projeto desenvolvido por um professor, portanto, o sentido é de “reverência”.

**Figura 3** – Foto e citação em destaque de Evelin Alonso Campos



**“Quando fomos à praia, vimos e sentimos a água, o ar, a areia, a biodiversidade. É muito mais fácil aprender assim.”**

Evelin Alonso Campos, 12 anos, aluna do 7º ano do Ensino Fundamental

**Fonte:** Nova Escola 320 (2019).

A segunda forma como as vozes de crianças aparece na edição 320 é bastante diferente das demais. A reportagem “Professora cria painel digital para que alunos registrem sentimentos, opiniões e aprendizados” traz três citações de crianças dentro

de uma ilustração, que exemplifica como funciona um mural digital desenvolvido para alunos de 5 e 6 anos por uma docente de São Paulo no aplicativo chamado Padlet (Figura 4).

**Figura 4** – Ilustração sobre como funciona um mural digital criado por professora



Fonte: Nova Escola 320 (2019).

Na ilustração, é possível ver as seguintes citações diretas: "Eu percebi que na matemática 71 menos 1 vira 70. Então achei muito legal essa conta e é minha primeira conta que faço" (SD9), de Tatiana, de 6 anos; "A cadeia alimentar não é uma cadeia que prende os animais. Os animais se alimentam de uns aos outros. Se não tiver mais comida, os animais vão morrer, os humanos vão morrer e os animais do zoológico vão morrer para sempre" (SD10), de Maya, de 6 anos; e "Se nós tirarmos as elodeas do aquário as elodeas secam se agente cortar as elodeas elas cresem de novo as elodeas ajudam a respirasao dos peixes" (SD11), assinado por Larissa e colegas.

Mesmo que não estejam no corpo do texto da reportagem, é provável que essas frases sejam de crianças que de fato participaram do projeto apresentado na matéria, até porque estão com "erros" de escrita próprios dessa faixa etária. Mais uma vez, as crianças não aparecem com sobrenome e, no caso de uma das citações, há apenas

o primeiro nome de uma menina representando um grupo, sem sua idade. São, portanto, novamente “crianças alunas genéricas”. Além disso, embora as falas não sejam diretamente elogiosas em relação a um projeto e sim sobre as descobertas das crianças a partir dele, elas também servem como comprovação do sucesso do trabalho desenvolvido, e o principal sentido acaba sendo também o de “reverência”.

Outra questão que observamos é que essa reportagem tem um interdiscurso com a temática Comportamento, Culturas e Consumos (Ponte; Afonso, 2009) pelo viés do consumo, pois apresenta uma ferramenta online, que pode vir a ser consumida por outros professores e, conseqüentemente, por seus alunos. O padlet tem uma versão gratuita, mas essa possui limitações de uso. As crianças aqui, portanto, ocupam um lugar de acionadoras do consumo do produto desenvolvido pela professora. Como já afirmamos, as demais oito revistas analisadas no período não tinham a voz de nenhuma criança.

## 5. O silenciamento das crianças em Nova Escola (2024)

Na segunda etapa de análise desta pesquisa examinamos as cinco reportagens mais acessadas na plataforma digital de NE na última semana de agosto de 2024<sup>7</sup>. Os títulos são os seguintes, na ordem de acesso, sendo o primeiro o mais acessado: 1) Reveja sua linguagem: baixe glossário antirracista; 2) Datas comemorativas de setembro de 2024 para usar em sala de aula; 3) BNCC Computação: conheça o documento que orienta como levar tecnologia à sala de aula; 4) Datas comemorativas de agosto de 2024 para usar em atividades na escola; e 5) Educação Infantil: propostas para desenvolver o letramento.

Ao examinarmos os textos, identificamos que nenhuma criança foi incluída como fonte. Além disso, embora sejam identificados pela NE como reportagens, eles não possuem características básicas dessa forma discursiva jornalística, que busca as causas, a contextualização e as conseqüências de um acontecimento (Furtado, 2013). Para fazer uma reportagem, o repórter precisa se aprofundar no tema tratado, fazendo entrevistas com fontes variadas, pesquisa sobre o assunto, além de uma redação e edição que evidenciem esse trabalho acurado.

<sup>7</sup> Disponível em <https://novaescola.org.br/> Acesso em: 31 de agosto de 2024.

No caso do primeiro texto, NE traz uma temática fundamental na contemporaneidade, que é o combate ao racismo, divulgando um glossário produzido pela Associação Nova Escola. No entanto, não há nenhuma entrevista, nem pesquisa sobre a temática para apresentação do guia. Há apenas um breve texto e o leitor tem acesso ao glossário produzido em um hiperlink.

O segundo e o quarto textos trazem apenas listas de datas comemorativas nos meses de agosto e setembro, com a seguinte informação, no segundo texto mais acessado: “Marcos no calendário são oportunidades para aproveitar que um tema está circulando na sociedade e levá-lo para a sala de aula com intencionalidade pedagógica para promover discussões e reflexões”. Nas datas, hiperlinks levam o professor para planos de aula sugeridos para cada uma das efemérides. Na matéria que traz as datas de agosto, há apenas uma entrevistada, Fernanda Barbosa Nunes, apresentada como membro do Time de Formadores da Nova Escola, com apenas uma citação direta:

[...]deve-se pensar [*a partir do*] do seguinte ponto de vista: ‘O que o meu aluno está aprendendo? O que está sendo construído de conhecimento, enquanto estudamos essas efemérides que são tão importantes para o povo e também para a própria comunidade escolar?’.

Não há entrevista com nenhuma criança e fica evidenciado que a plataforma reforça a sua característica de “conselheira ou coordenadora pedagógica” dos professores.

O terceiro texto tem como objetivo explicar para os professores/leitores um documento complementar à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece as normas para o ensino da computação na Educação Básica. A matéria informa que 21% das escolas brasileiras ainda não ofertam o ensino de tecnologia e computação nos anos iniciais do Ensino Fundamental e traz entrevistas com secretários de educação ou membros da equipe das secretarias de três cidades. É ouvida também uma professora do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco que participou da elaboração da BNCC da Computação – como ficou conhecida – e há uma nota do MEC. Por sua construção, esse texto pode ser considerado uma reportagem – embora tenha um caráter bastante didático

–, pois traz entrevistas e se aprofunda no tema tratado. Não há, no entanto, nenhuma criança e nem mesmo um professor como fonte.

Por fim, o quinto texto mais acessado no período analisado é assinado por Paula Sestari, professora de Educação Infantil da Rede Municipal de Joinville (SC), que, em 2014, recebeu o Prêmio Educador Nota 10, da Fundação Victor Civita – mesmo concurso promovido pela fundação criadora da revista já citado nas edições analisadas na primeira etapa desta pesquisa. Ele é escrito em primeira pessoa, e a docente traz seis sugestões de atividades lúdicas para o letramento de crianças. Portanto, não se trata de uma reportagem – pode ser considerada uma coluna – e também não há nenhuma entrevista.

## 6. Considerações finais

Nosso objetivo com esta pesquisa era primeiramente compreender como a voz das crianças havia sido incluída no conteúdo jornalístico de Nova Escola em seu último ano no formato impresso, identificando se a revista as percebia como fontes e como cidadãs, com direitos sociais e com capacidade de opinar sobre temas que são de seu interesse. Constatamos que das 11 crianças que apareceram como fontes nesse período, quatro eram “crianças alunas genéricas” por não terem seus nomes completos na revista. Duas tiveram suas idades suprimidas. Além disso, as falas de cinco fontes não estavam no corpo do texto.

Em relação às categorias criadas por Ponte e Afonso (2009), que adotamos para compreender sobre quais temas as crianças foram convidadas a falar, todas, por óbvio, tratavam da temática da educação, mas identificamos interdiscursos com as categorias Risco Social e Comportamento, Culturas e Consumos. Dessa forma, nas poucas vezes em que as crianças foram representadas, elas ocuparam um espaço ou de fragilizadas ou de consumidoras.

O primeiro caso é bastante comum no jornalismo por se relacionar com acontecimentos ligados à violência, ou seja, que têm potencial valor-notícia, pois referem-se aos critérios que os jornalistas utilizam para selecionar fatos que se transformarão em notícia (Traquina, 2008). Entretanto, é exatamente nesse lugar que se deve ter mais cuidado em como representar as crianças. Pelo que vimos, elas não aparecem em NE como sujeitos que de fato reivindicam seus direitos de proteção e



respeito, mas sim de crianças que se expõem sem que a revista problematize com profundidade seus casos.

Sobre a reportagem que insere as falas de crianças relacionadas a uma ferramenta online utilizada por uma professora, percebemos que elas ocupam um lugar de quem atesta um produto, de maneira semelhante a como elas aparecem no discurso publicitário. É importante destacar que, foi apenas há poucas décadas que o mercado começou a se direcionar com mais intensidade para as crianças.

A redução das famílias, a frequência dos divórcios e das famílias monoparentais e o aumento geral de renda de consumo (embora desigualmente distribuída), combinados com a nova “valorização” simbólica da infância, têm dado mais voz às crianças nas decisões de compras domésticas (Buckingham, 2007, p.212).

Além dessas mudanças sociais, Souza Júnior, Fortaleza e Maciel (2009) destacam também a ociosidade de muitas crianças e a terceirização da criação dos filhos, que também fazem com que meninos e meninas passem a desempenhar o papel de consumidores. Loyola (2008, p.2) lembra que “o mercado infantil representa um segmento com grande potencial de consumo, cujo comportamento está em constante evolução, revelando o desafio do entendimento das características deste público”. As crianças, por sinal, constituem um grupo de alto interesse das empresas, pois não só consomem como têm poder de influência no consumo de seus pais. Além disso, são os adultos que consumirão no futuro. Por isso, a publicidade infantil e sua proibição tem sido tão defendida por entidades que preocupam-se com a infância.

Nesse sentido, colocar a criança num lugar de consumidora e também de possível influenciadora do consumo de adultos, faz com que ela tenha sua representação simplificada. Não basta, portanto, que a revista traga temáticas sociais importantes relacionadas à educação. Ela deve promover do seu fazer jornalístico o que busca ensinar. Além disso, ao se transformar em Associação Nova Escola, a publicação passou a ampliar a oferta de produtos aos professores, fazendo parcerias com empresas privadas, que ajudam a financiar a plataforma.

Outro ponto é importante de ser destacado: mesmo que ela chegue aos professores de forma gratuita, o site tem vários espaços comercializados, onde as empresas podem incluir publicidade direcionada ao público do portal, como fica claro

em seu Mídia Kit (2020). Por isso é importante que se discuta essa relação entre educação e consumo.

Ao propor discussões a partir de diferentes temáticas, as pesquisas sobre “Nova Escola” têm potencial para contribuir no desvelamento da concepção de educação neoliberal que mobiliza suas publicações, cursos e outros produtos – agora em formato digital – oferecidos aos professores como a “solução” para os problemas da educação brasileira (Ripa, 2022, p. 501).

Sobre os sentidos encontrados na primeira etapa da análise, percebemos que sete SDs têm a “reverência” das crianças a algum projeto desenvolvido por um adulto docente como sentido preponderante e quatro carregam o sentido de “indignação” em relação a uma situação de preconceito vivida na escola. Entretanto, uma das crianças que sofre preconceito aparece com seu problema resolvido e duas têm suas falas sem aprofundamento de suas histórias. Por fim, há a voz de uma menina que é tratada como “excepcional” por ter feito um depoimento contra a homofobia na câmara de vereadores de sua cidade. A conclusão de seu depoimento, porém, desliza para o sentido de “reverência”: “Cor existe em todos os lugares e aposto que a escola, apesar de não ter mais arco-íris no nome, será muito bonita e colorida”. Portanto, o sentido preponderante dessas quatro SDs não é somente o de indignação, mas o que chamamos de “indignação controlada”.

Dornelles (2008) explica que a partir do século XVII a ideia de um adulto-pequeno que existia até então desapareceu para ser substituída aos poucos por um novo indivíduo: o sujeito da prática institucional, o sujeito-aprendiz, ou o sujeito-aluno. “Prática institucional que se dá a partir da desqualificação da aprendizagem da criança realizada na rua, ou em meio aos adultos e no contato com eles” (Dornelles, 2008, p. 57). A autora explica que, a partir da Modernidade, quando as crianças passaram a ser consideradas um grupo social, precisaram ser governadas de uma forma específica. Como foram separadas dos demais grupos etários, surgiu a necessidade de os adultos administrá-las. E a escola foi uma das instituições que mais ocupou esse papel, de ensiná-las, mas também de vigiá-las e discipliná-las.

O que percebemos a partir de nossa pesquisa é que o jornalismo também acaba assumindo essa lógica adultocêntrica do controle das – poucas – crianças que escolhe como fonte. Uma das principais revistas que trata de educação no Brasil representava – ao menos em 2018 e 2019 – a infância de forma institucionalizada.

Meninos e meninas apareciam como fontes principalmente para preencher a função de reafirmar um trabalho que, no discurso da revista, estava sendo bem realizado por professores ou pelas escolas. Dessa forma, passam a ser sujeitos controlados pela instituição escola, mas também pelo jornalismo. Não há espaço para pontos de vista que rompam com o óbvio, o que seria, justamente, uma das grandes contribuições que meninos e meninas poderiam trazer para o jornalismo.

Como afirmam Dornelles e Bujes (2012, p. 13),

A sociedade tem uma relação ambígua/idealizada com a infância. Ao mesmo tempo em que percebe seu imprevisível potencial, o inusitado e surpreendente que a caracteriza, preocupa-se em manter sob controle uma infinidade de processos sociais para garantir um domínio sobre esse tempo de formação [...].

Na revista Nova Escola de 2018 e 2019, embora as poucas crianças escolhidas como fontes falem de temáticas que fazem parte de suas vidas, não é dada a elas espaço para poder criticar, refletir e opinar de forma mais livre e aprofundada. Isso é perceptível pelo fato de terem tão poucas fontes crianças na revista e pela maioria das citações ser bastante curta e pouco contextualizada. Consideramos que em praticamente todas as matérias de NE crianças poderiam ser ouvidas, e o silêncio (ou o não-dito) também significa. “As relações de poder em uma sociedade como a nossa produzem sempre a censura, de tal modo que há sempre silêncio acompanhando as palavras” (Orlandi, 2000, p.83). A ausência da voz de crianças pode ser percebida como um silenciamento de um grupo social no jornalismo – e por isso sua completa exclusão no conteúdo analisado na segunda etapa desta pesquisa – mesmo que em uma amostra pequena – é bastante significativa.

Existe na fala das crianças no primeiro período de análise uma repetição de sentidos, evidenciando o quanto elas são controladas pelos jornalistas. Benetti (2007) diz que em um mesmo discurso, apesar de estarem presentes vozes de diferentes locutores, elas podem enunciar a partir de uma mesma perspectiva, reafirmando o mesmo e criando uma falsa percepção de polifonia, que parece ser o caso aqui examinado. No segundo período analisado, as crianças passam a ter um controle tão absoluto que desaparecem. Meninos e meninas só poderão ser considerados cidadãos e fontes jornalísticas de fato se forem realmente ouvidos. Como sugere Buckingham (2009, p. 23), “as crianças só vão desenvolver as competências

necessárias para produzir afirmações com conteúdo significativo nos *media*, ou dar a conhecer seus pontos de vista, se lhes derem oportunidades continuadas e bem fundadas para o fazerem”. Para nós, as publicações que tratam da educação são as primeiras que deveriam passar a ouvir de fato as crianças brasileiras.

## Referências

- BENETTI, M. Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BEZERRA, C. F. Inclusão escolar em revista (2001 a 2011): as (re)formulações discursivas do periódico Nova Escola. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 36, n. 77, p. 757-806, maio/ago. 2022.
- BUCKINGHAM, D. Os direitos das crianças para os media. In: PONTE, Cristina (org.). **Crianças e jovens em notícia**. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.
- DORNELLES, L.; BUJES, M.I. Alguns modos de significar a infância. In: DORNELLES, L.; BUJES, M.I. **Educação e infância na era da informação**. Porto Alegre: Mediação, 2012.
- DORNELLES, L. **Infâncias que nos escapam**: da criança na rua à criança cyber. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- FURTADO, T. O aprofundamento como caminho da reportagem de revista. In: TAVARES, F.M.B.; SCHWAAB, R. (orgs.) **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013.
- FURTADO, T.; DORETTO, J. Criança cidadã?: os manuais de redação e as orientações sobre infância e adolescência. **Revista Mídia & Cotidiano**. Volume 14, Número 1, jan-abr de 2020
- LOYOLA, V. D. O consumidor na infância: as faces do consumo infantil. **Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Natal: Intercom, 2008.
- OECHSLER, K. M.; SILVA, N.M.A. O bom professor na revista Nova Escola. **Atos de pesquisa em comunicação - PPGE/ME** v. 7, n. 4, p. 1202-1223, dez. 2012
- ORLANDI, E. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2000.
- PONTE, C.; AFONSO, B. Crianças e jovens em notícia: análise da cobertura jornalística em 2005. In: PONTE, C. (org.). **Crianças e jovens em notícia**. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.
- RIPA, R. A revista Nova Escola e as pesquisas em educação: uma revisão da Literatura. **Anais do VIII Congresso Nacional de Educação**, 2022.
- SOUZA J.; FORTALEZA, C.; MACIEL, J.. Publicidade infantil: o estímulo à cultura de consumo e outras questões. In: VEET, Vivarta (org.). **Infância & consumo**: estudos no campo da comunicação. Brasília: ANDI; Instituto Alana, 2009.
- TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**: a tribo jornalística. V. 2. Florianópolis: Insular, 2008.
- TUCHMAN, G.. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. 2.ed. Lisboa: Educação Vega, 1993.